

PREFÁCIO

Rodrigo Irponi

Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); Professor do curso de História da Universidade Anhanguera de São Paulo; Especialista em Pesquisa do Museu Paulista/USP.

A tônica dos discursos intelectuais do Brasil entre os anos de 1925 e 1940 constituiu-se de uma matriz ideológica peculiar: a construção de uma ideia de Brasil afeita aos novos desígnios da República varguista.

Nomes hoje famosos, caso dos modernistas como Oswald de Andrade e Mário de Andrade, imbuíram-se da missão de construir um Brasil da perspectiva intelectual, muito além da Semana de 1922 com seu conhecido efeito Vesúvio.

A república erigida sob os auspícios populistas, entoada pelas ondas do rádio, representou uma nova forma de conceber o Brasil, partindo de uma bricolagem de elementos díspares que até hoje são evocados quando se fala em brasilidade.

No bojo destas transformações discursivas surge uma primeira tentativa de situar a construção econômico-social do Brasil, pelas mãos do famoso industrial Roberto Cochrane Simonsen. Para além de uma mera narrativa factual, Simonsen propõe descer às profundidades da formação brasileira, identificando em seu caráter econômico todos os fatores que contribuíram para o desenvolvimento histórico brasileiro.

Obra de fôlego, *História Econômica do Brasil*¹, reflete uma demanda histórica dos anos 1930, alinhada à construção de um discurso de brasilidade. Até hoje encontramos ecos da obra: livros didáticos recentes ainda dividem a história colonial em Ciclos Econômicos.

Diante de um novo panorama histórico, compreender os processos que culminaram no Brasil “real”

(contemporâneo aos intelectuais que assim o pretenderam), passou a ser uma necessidade premente. Era o início de um debate que se prolongaria até a década de 1980, nos moldes da famosa polêmica entre Paul Sweezy e Maurice Dobb² quanto ao caráter econômico da transição do feudalismo ao capitalismo, bem documentado na coletânea editada por Rodney Hilton.

No que diz respeito ao debate brasileiro, pode-se considerar que o pioneiro foi Caio Prado Jr.,³ que dialogando com Roberto Simonsen, propõe uma abordagem teórica voltada à identificação daquilo que o próprio Caio Prado Jr chamou de “sentido da colonização”. Sua proposta recaía na compreensão das vicissitudes do Brasil contemporâneo, tendo como referência a data de publicação da primeira edição de *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942.

A partir de um referencial teórico materialista dialético, Caio Prado Jr. lança mão de um arsenal de conceitos fundamentais, associando a formação do Brasil a um papel dependente e reverso do processo de desenvolvimento do capitalismo central, europeu. A partir de sua análise, encontram-se elementos explicativos que foram (e ainda são) suficientes para dirigir uma interpretação crítica sobre o que é o Brasil

¹ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

² HILTON, Rodney (org). *A transição do Feudalismo ao Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

³ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

real. Grande propriedade, monocultura e escravismo foram pontos-chave da formação brasileira, os quais legaram consequências longevas, observadas até o século XX.

Na esteira da interpretação pradiana, surgiram autores diversos que consideraram essa base tríplice como ponto de partida de seus estudos: Celso Furtado e Fernando Antônio Novais⁴, por exemplo, aprofundaram o significado de “sentido da colonização”, considerando, respectivamente, o fluxo de circulação de bens de capital e o processo de acumulação primitiva de capital, por meio dos estados modernos.

A resposta viria anos mais tarde, com Ciro Flamarion Santana Cardoso⁵, para quem a interpretação pradiana era frágil ao considerar a colônia como mero apêndice da economia mercantil europeia. Partindo dos conceitos de Modo de Produção e Formação Social, Ciro Cardoso identifica alguns elementos peculiares, apartados de qualquer lógica capitalista possível. Portanto, ao invés de uma realidade dependente e reflexa, um contexto historicamente novo, baseado no escravismo não apenas como força de trabalho, mas sim elemento constitutivo de um modo de produção particularmente construído nas colônias americanas.

⁴ CF. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976. NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

⁵ CARDOSO, C. F. *et alii*. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Decorrencia desta interpretação, o *Escravidão Colonial*⁶, de Jacob Gorender, passa a limpo a noção de um modo de produção escravista colonial. Por meio de vasta pesquisa documental, aliada a um profundo arcabouço teórico, Gorender propõe esquadrihar o assim denominado Modo de Produção escravista, preenchendo uma lacuna explicativa na obra de Karl Marx. Para Gorender, seria possível existirem diferentes modos de produção em um mesmo contexto histórico, atuando em consonância dentro de uma determinada Formação Social.

Nesse contexto, não se buscava mais uma representação identitária uniforme para a ideia de brasilidade. O foco agora era procurar na formação histórica do Brasil os elementos que pudessem subsidiar a práxis revolucionária. Por analogia, quem seria nossa classe verdadeiramente revolucionária?

Jacob Gorender, na qualidade de militante do Partido Comunista Brasileiro, propunha uma interpretação consoante ao ideário francamente comunista. Com um porém: sem um alinhamento cego às determinações soviéticas, mas adequando sua militância ao contexto específico do Brasil.

O debate historiográfico foi além, a partir das evidências empíricas (essencialmente demográficas) que vieram à tona nos anos 1970. Buscando uma comprovação científica às hipóteses pradianas, um grupo de economistas passou a contar com documentos de arquivo que subsidiassem a existência da Grande

⁶ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo:

Propriedade Monocultora Escravista⁷. Qual não foi a surpresa quando ao invés disso, encontraram uma realidade muito mais complexa, onde a predominância fundiária estava justamente em pequenas e médias propriedades; ou ainda, na estrutura de posse de escravos, muito mais fragmentária do que se supunha até então nos círculos pradianos.

O último termo do debate veio já nos anos 1990, quando dois historiadores fluminenses, João Fragoso e Manolo Florentino⁸, comprovaram a existência de uma realidade diversa, na qual os interesses das elites fundiárias do Brasil atuavam no sentido de uma precarização latente da estrutura socioeconômica brasileira, com vistas à reprodução de seus cabedais. Para além de uma dependência extrema do mercado metropolitano, Fragoso e Florentino, identificaram na colônia a existência de mercadores e comerciantes que faziam circular rendas vultosas dentro dos limites territoriais da colônia.

Esse é, em síntese, o debate sobre a natureza econômica brasileira. O que se pode identificar nesses clássicos é a ausência de uma preocupação explícita de situar as obras dentro de seus respectivos contextos historiográficos. Formação do Brasil Contemporâneo, por exemplo, veladamente se apropria das indagações e

Ática, 1991.

⁷ COSTA, Iraci Del Nero. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr. Cadernos NEHD*, São Paulo: FEA/USP, n. 3, 1995.

⁸ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

problemáticas braudelianas, porém, não há uma discussão historiográfica que o situe assim.

Não é o caso deste livro. A escrita de Thiago Pestana promove justamente a aproximação entre os discursos historiográficos e sua construção em termos de abordagem teórico-metodológica.

Qual não foi minha surpresa quando, nos idos de 2016, fui convidado a prefaciar a presente obra? Posso considerar, após sua leitura, que *Desconstruindo a História do Brasil: da Colônia ao Império* já se integra indiscutivelmente ao debate apresentado. Surpresa em dois sentidos: primeiramente pela abordagem inovadora proposta pelo autor; segundo, por retomar uma discussão que aparentemente se mostrava estéril.

Posso me considerar um professor privilegiado, pois me sinto um colaborador (bastante indireto, por sinal) da presente obra, visto que essas eram minhas indagações quando lecionei ao autor a disciplina de História do Brasil Colonial. O que eram questões, pontos de inflexão historiográfica, tomaram forma, materializando-se no volume que tenho em mãos. Essa é a verdadeira magia da docência: apresentar os fragmentos interpretativos, deixando aos alunos a árdua tarefa de constituir o complexo mosaico do saber. Cabem às mentes inquietas, presentes somente em alunos de formidável talento, concluir o trabalho. É o que veremos no excelente texto ora apresentado.

Vamos ao texto. Inicialmente, há uma tomada de posição bastante prolífica. Não restam dúvidas quanto ao lugar ocupado pelo historiador: ao assumir uma militância de caráter intelectual, Thiago Pestana

demonstra com honestidade qual o papel do intérprete da sociedade frente à construção do saber histórico. A dedicatória implícita (às mulheres, crianças e homens vítimas do comércio de almas) não deixa margem a interpretações enviesadas. É o afã de reconstruir uma narrativa de baixo para cima que guiará as páginas a seguir.

O primeiro capítulo propõe expor o estado da arte da discussão historiográfica acerca da formação do Brasil pela historiografia. Atrelando uma explicação de viés econômico ao que se tem produzido em outras searas historiográficas, o texto emprega como fonte as próprias obras de intérpretes do Brasil, expandindo a análise para além do debate econômico. Trata-se de um balanço singular acerca da ideia (construída historicamente) de Brasil.

Por sua vez, o segundo capítulo apresenta uma síntese bastante detalhada dos processos históricos que levaram às Independências na América.

Partindo de uma análise crítica desde a conquista americana pelas potências europeias, o autor busca trazer à tona elementos que permitam vislumbrar as rupturas e permanências do agitado processo histórico que levou o continente americano ao que é hoje. Desnecessário comentar a qualidade e atualidade dos textos historiográficos que embasaram o autor: trata-se de um balanço sistemático, que vai muito além da mera apresentação dos fatos, na busca por uma análise crítica e profunda da história americana. Trata-se de texto fundamental para leitores que procuram pilares

sólidos para compreensão dos antagonismos que assolam a América contemporânea.

Chegamos ao último termo da obra. O texto já é, para mim, bastante familiar, pois acompanhei de perto sua elaboração. Trabalho de excelência, cuidadoso tanto quanto os antigos artesãos transformavam sua matéria em arte.

Apresenta-se aqui uma proposta, à primeira vista, eivada de presunção: identificar as matrizes discursivas presentes em obras de difusão histórica. Partindo dos *Best Sellers* de Laurentino Gomes e *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch⁹, Thiago Pestana busca a fundo desconstruir os discursos e os conceitos empregados por aqueles autores.

Porém, não se trata de mera crítica: pretende-se aliar a reflexão historiográfica do chamado Giro Linguístico à interpretação dessas narrativas, de cunho jornalístico. Desta maneira, o que Pestana faz é evidenciar que uma história sem bases teóricas e metodológicas torna-se

⁹ Cf. GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. IDEM, *Ibid. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. IDEM, *Ibid. 1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil*. São Paulo: Globo, 2013. NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: LEYA, 2011.

vazia de significados, como um corpo à procura de uma alma para chamar de sua.

Pestana mostra que essa tentativa ultrapassa a inocência epistemológica dos historiadores metódicos, pois mesmo que pareça o caminho correto (principalmente na esfera do senso comum), não há história sem ideologia, sem posicionamento político: restam interpretações enviesadas maquiadas de neutralidade. Má fé? Incompreensão epistemológica?

Amparando-se em uma perspectiva ampla, a proposta é desconstruir esse jornalismo retrospectivo para, então, reconstruir a própria história. Além de factoides e curiosidades, o propósito é revelar que há muito de posicionamento político nas obras analisadas.

O fio que une as tramas narrativas é a exclusão. Negros escravizados e “índios” oprimidos ocupam no texto de Pestana um lugar primordial. Mais do que tentar harmonizar o conturbado contexto sociológico, o que se faz aqui é trazer o conflito das narrativas ao primeiro plano.

Por fim, sinto profundo alívio em ter diante de meus olhos obra de tão elevado valor. Nos tempos sombrios que se avizinham no Brasil de 2016 (quando se observa a ascensão de um discurso retrógrado e infundado, materializado em iniciativas parlamentares como o projeto Escola sem Partido), é reconfortante saber que ainda há resistência, que um novo mundo é possível, desde que as novas gerações tomem de exemplo jovens e visionários intelectuais, caso flagrante de Thiago Pestana.